



REGIONALISMO E MODERNIDADE NA ZONA DA MATA MINEIRA: A CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV) DE VIÇOSA, MG

Autores:

Dayana Debossan Coelho - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - dayanadebossan78@gmail.com

Resumo:

O ensino profissional ocupou um lugar relevante na República Velha, tendo sido considerado pelo Estado e pelas oligarquias rurais um poderoso agente de expansão econômica ao ratificar a vocação agrária do país e de Minas Gerais. Com o propósito de instituir a educação superior de orientação agrícola no interior da Zona da Mata mineira foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) em 1922, núcleo original da atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Almeja-se com a pesquisa compreender como o projeto político-econômico de criação da ESAV foi concebido para atender a demanda por desenvolvimento regional clamada pelas elites agrárias em conchavo com o Estado. Também se pretende rastrear os traços manipuladores de uma identidade regional em Minas Gerais e, mais especificamente, em Viçosa. Este trabalho tem como pilar a análise geográfica da relação entre universidade e região baseada no levantamento de fontes primárias.

REGIONALISMO E MODERNIDADE NA ZONA DA MATA MINEIRA: A CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV) DE VIÇOSA, MG

Modernidade em Minas Gerais

A Primeira República (1889 a 1930), também conhecida como República Velha, constituiu-se num período rico em transformações sociais, políticas e culturais. O Brasil vivia, neste momento, um regime político dominado pelas oligarquias regionais que se baseavam na agricultura de exportação. Os principais produtos em torno dos quais as elites agrárias iriam governar o país até 1930 eram o café e o leite, sendo os estados de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG) responsáveis pela produção dessas monoculturas (ARRUDA, 2003). Tais estados se destacavam no panorama nacional, o primeiro por ter sido o grande impulsionador da economia agroexportadora e o segundo, além de produzir para exportação (em menor quantidade que o primeiro), por deter o maior colégio eleitoral do país e possuir uma bancada coesa e sintonizada com o Palácio da Liberdade. A alternância de SP e MG na direção do poder nacional ficou conhecida como “política do café-com-leite”.

No findar do século XIX o país vivenciava os reflexos da abolição da escravatura (Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353 de 13 de maio de 1888): o problema da “mão-de-obra”, marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Visando assegurar os interesses econômicos do Estado e das elites agrárias em relação à riqueza produzida no país, algumas medidas foram tomadas para superar, ou ao menos abrandar, a questão da força de trabalho. Uma delas foi à política migratória nacional que se baseava na introdução de emigrantes europeus, ou seja, de homens brancos aptos ao trabalho livre, capazes de atender a demanda da lavoura cafeeira.

No período após a escravidão, as elites agrárias mineiras conclamaram ao governo estadual por mecanismos que fossem capazes de suplantar o dilema da organização da “mão-de-obra” do meio rural, considerada o principal entrave à meta de dinamização e diversificação da agropecuária. Fruto do burburinho das “classes produtoras” mineiras, o Estado solicitou os representantes dos diversos setores produtivos de Minas para o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial que seria realizado em Belo Horizonte no período de 13 a 19 de maio de 1903 (SILVA e BORGES, 2008). A instrução agrícola foi a principal

deliberação anunciada para superar o problema da (des) organização do mercado de trabalho nos campos.

A educação profissional assumiu a condição de instrumento capaz de introduzir o progresso no campo, travava-se do pressuposto iluminista que transferia ao “saber” técnico a missão de prorromper a civilização do país. O ensino agrícola foi assumido como estratégia que camuflou as peripécias do Estado e das oligarquias agrárias: estes agentes não estavam preocupados com a qualificação da força de trabalho, mas com a modernização da produção. A propósito o que se tornou a Universidade Federal de Viçosa, voltada quase inteiramente para a modernização do campo, é prova cabal disso. A universidade não era destinada a classe trabalhadora e muito menos ao trabalhador rural ela era, quando muito, voltada a uma classe média que começava a se constituir.

Segundo Souza (2017) as mudanças estruturais na primeira metade do século XX como os avanços expressivos de atividades comerciais e industriais e a maior efetividade do Estado na vida social foram responsáveis pela criação da classe média. É essa classe que ocupa no período pós-escravidão os cargos públicos e as funções mais qualificadas. Tal classe firmou um pacto histórico antipopular com a elite latifundiária para a preservação de seus privilégios.

O discurso das elites agrárias vinculado à modernização agrícola deveria alcançar o maior número de famílias rurais mineiras. Consta no Livro de Formatura da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (1939, s/p) que a “[...] futura Escola devia ter como escopo máximo servir à mocidade rural do Estado”. Para a elite política comprometida com o projeto de criação da Escola, esta meta deveria ser atingida, pois do contrário tinha-se receio em gerar um alto grau de rejeição da população rural no que diz respeito ao ensino agrícola¹. Na prática, contudo, a ESAV objetivava formar um público-alvo específico: os filhos das elites rurais mineiras, pois estes eram os principais representantes do processo de modernização agrícola então sonhado.

Tal processo proposto pelo Estado e pelas classes dirigentes vai ao encontro do discurso regional e reforça as estruturas de poder vigentes na sociedade, pois além de não ter promovido transformações sociais foi conivente com a manutenção e ampliação da hegemonia das oligarquias rurais. Estava subjacente à modernização, a tentativa de se alterar a cultura agrícola tradicional substituindo-a por uma nova cultura, mais racional voltada para o aumento da produtividade, o maior aproveitamento da força de trabalho, a diversificação da produção e a substituição de homens por máquinas (mecanização).

As práticas agrícolas herdadas do período colonial eram consideradas retrógradas, pois ainda estavam associadas aos instrumentos da escravidão: a foice e a enxada. Assim, aquelas práticas representavam para as elites “(...) o atraso cultural, a possibilidade do ócio, o trabalho incerto e a recusa do trabalhador em ingressar regulamente no mercado de trabalho” (VERSIEUX, 2013, p. 139). Para o trabalhador do campo, aqueles instrumentos poderiam ter significado a liberdade, a autonomia e a possibilidade de ter uma propriedade

¹ Caso isto ocorresse, os fazendeiros continuariam a enviar seus filhos para os grandes centros urbanos com o propósito de estudarem as tradicionais carreiras de Direito, Humanidades, Medicina e Farmácia.

ao ocupar terras ainda devolutas. Os pactos político-econômicos efetuados entre o Estado e as oligarquias regionais mineiras reforçou a concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados (coronéis) e a negação da mesma aos trabalhadores.

O projeto de desenvolvimento regional pautado na ideia de “recuperação” e dinamização da economia mineira já havia sido traçado no Congresso Econômico de 1903. De acordo com Silva (2007), a noção de atraso econômico era encarada pelas elites política e econômica por meio de duas imagens em voga da economia estadual neste período. Uma vincula-se a “ideia de estagnação” proveniente da comparação das Minas “oitocentista” rica do período do ouro, carregada dos símbolos sociais de “riqueza e prestígio”, com uma MG estagnada do século XIX. A outra imagem que inspirou as diretrizes das propostas políticas das oligarquias rurais em prol do desenvolvimento mineiro era representada sob a efígie de uma Minas “desarticulada” nos planos geográfico e econômico.

No primeiro caso, eram comuns confrontos desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, em especial São Paulo. O contraste entre o crescimento mediano de MG e a mais rápida expansão de outros lugares é o que explicaria o declínio na posição relativa de Minas em termos nacionais – declarações dos líderes influentes da época designaram este quadro de “perda de substância econômica” (DULCI, 2005). Daí surge a noção do atraso, a contumácia nas potencialidades inexploradas da região e o debate sobre recuperação econômica.

No segundo caso, a imagem que se tinha do estado de MG assemelhava-se a um “mosaico”. O quadro de “desarticulação” econômica e geográfica das sete regiões (Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Mata, Sul e Centro) que compunham Minas Gerais serviu como justificativa para a construção de uma nova capital – já prevista pela constituição estadual de 1891 (WIRTH, 1982). As oligarquias rurais ansiavam, com a criação de Belo Horizonte, materializar em Minas um núcleo político moderno e que fosse capaz de estabelecer conexão entre as sete regiões que compunham MG, ou seja, aspiravam criar um centro para a integração do mosaico regional mineiro.

As oligarquias rurais fizeram uso da ideia de “atraso” (vinculando-o à crise cafeeira) enquanto entrave ao progresso socioeconômico mineiro. A elite econômica e intelectual buscava instituir o princípio de “união na diversidade” - procurando garantir a unidade geográfica e política - uma vez que as classes produtoras mineiras eram pertencentes a diversas categorias de produção. Com tal princípio, o grupo social dos fazendeiros conquistava o apoio de outros grupos do setor produtivo para clamar junto ao Estado por políticas estaduais, como a instrução agrícola, orientadas a atender as demandas da elite agrária.

Princípios geográficos e alegações regionais

O declínio na produção de café na Zona da Mata Mineira – relacionada à manutenção das práticas agrícolas tradicionais – e as carências de sua população rural foram uns dos

argumentos das elites para o surgimento de instituições dedicadas à formação agrícola. Segundo Coelho (1996) para compor a comissão, cuja finalidade seria selecionar o município que sediaria a instituição no interior de Minas Gerais, foram convidados Arduíno Bolivar, Álvaro da Silveira, Mario Machado e Peter Henrique Rolfs – importantes membros da elite agrária mineira.

O governo mineiro argumentava que a escola deveria estar situada na região da Zona da Mata “[...] por ser a de maior riqueza agrícola e densidade de população” (LISBÔA, 1929, p.3), para isso o comitê visitou nove lugares, analisando o clima, a área de terreno disponível e próxima a uma cidade pequena, bem como outros pontos. Capdeville (1991) revela que os sítios inspecionados estavam localizados nas vizinhanças de Ubá, Visconde do Rio Branco, Cataguases, Leopoldina, Juiz de Fora, Viçosa e Ponte Nova.

No Livro de Formatura da ESAV (1939) constam alguns dos critérios que, no plano ideológico, balizaram a escolha da cidade: o sentimento geral da comunidade, a salubridade, a publicidade, a localização (distância do centro da população), colheitas e água, entre outros. A delegação considerou a altitude e o clima de Viçosa como componentes fundamentais na decisão a ser tomada e acrescentou que a cidade tinha posição prioritária, uma vez que, o próprio presidente do estado de Minas era viçosense. Em consonância com os quesitos acima Viçosa², cuja economia baseava-se em uma tênue agroindústria e na produção rural, foi, então, o local designado para a implantação da nova escola do país. Mais especificamente o local selecionado foi a Fazenda Maria Luíza, que, segundo a declaração do Dr. Álvaro da Siqueira, possuía ótimas condições³.

Com o intuito de erigir a educação de orientação agrícola foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) através do Decreto 6.053, de 30 de março de 1922, editado pelo então presidente do Estado, Arthur da Silva Bernardes. A fundação deste polo educacional e seus desdobramentos socioespaciais serão objetos de estudo da pesquisa. A delimitação temporal-analítica engloba o período de 1903 a 1926. O recorte inicial constituiu-se num marco importante no que tange a estratégia de modernização do campo, pois ocorreu o primeiro Congresso Econômico de Minas Gerais. As investigações terminarão no ano de 1926 quando a ESAV é oficialmente inaugurada.

Ao pensar na gestação da escola, Bernardes convidou o professor norte-americano Peter Henrique Rolfs para fundar, organizar e dirigir a ESAV com base no modelo das escolas superiores agrícolas americanas, denominados *Land Grant College*⁴. Os latifundiários buscavam promover a racionalização do campo através da invenção do paradigma do agricultor moderno: o *farmer* (fazendeiro). Para atingir este tipo de produtor, que não se

² Nota-se que as classes dirigentes em coalizão com o Estado efetuaram um recorte da Zona da Mata mineira, delimitando Viçosa como unidade espacial que sediaria a universidade rural.

³ Em depoimento Álvaro da Siqueira argumentou: “[...] dos terrenos que visitei nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, prestam-se, a meu ver, melhor os denominados ‘Maria Luzia’, situados a pequena distancia de Viçosa” (COELHO, 1996, s/p).

⁴ Este modelo deveria se incumbir, por meio do estudo da ciência, de trazer ao Brasil o progresso, a técnica e a racionalidade fundamentais ao desenvolvimento tecnológico do campo, na busca de superar “antigas e obsoletas” práticas produtivas por intermédio de uma estrutura curricular moderna, adaptada ao capitalismo (SANTOS, 2006). A respeito do estabelecimento das ciências no Brasil, Moraes (1991) diz que a maior parte do cabedal teórico dos países da periferia foi trazida de fora, sendo o conhecimento buscado extremamente seletivo.

opunha a cientificização da agricultura e tratava os problemas da terra apenas sob a ótica dos aspectos técnicos, era necessário eliminar o modo de vida do Jeca Tatu – o caipira mineiro. Este, segundo as oligarquias, era resistente ao progresso, à civilização do país e estava sempre de “cócoras” para a racionalização da agricultura (SILVA, 2007).

O ensino agrícola era entendido pelos fundadores da ESAV como um alicerce fundamental na organização econômica do Estado rumo ao desenvolvimento. O patrono da ESAV, Arthur Bernardes, e os ruralistas integrantes da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) defendiam o destino agrícola do país. Havia entre as elites políticas e agrárias (no período de construção e inauguração da Escola) a ideia de que a resolução de todos os problemas adviria do progresso da agricultura nacional (SILVA, 2007). Isto é, a origem de todos os bens e riquezas era a agricultura, tida como a grande indústria do Brasil na década de 1920.

As tradicionais classes produtoras agrárias defendiam a premissa de que o Brasil deveria assumir o seu papel exportador de gêneros agrícolas que havia exteriorizado desde os tempos de colônia portuguesa. No caso de Minas, um dos argumentos regionais utilizados pelas elites fazia referência à vocação agrícola do estado, pois o café se sobressaía como principal produto agroexportador do país. Nas justificativas presentes no projeto político-econômico de criação da ESAV, a região de Minas Gerais era representada como um local de emergência de recursos agrícolas.

Nos pronunciamentos dos grupos que exerciam poder detectou-se a exaltação das riquezas naturais e potencialidades de Minas Gerais e verificaram-se alegações regionais que faziam menção aos aspectos pertinentes ao espaço de Viçosa (clima, altitude, relevo, solo fértil, presença da estrada de ferro etc.). Esses recursos foram estrategicamente acionados pelas classes dirigentes como “armas políticas” para assegurar um lugar diferenciado no cenário político republicano nacional frente a São Paulo e aos demais estados. Portanto, a região se figurava como fruto do regionalismo político.

Um dos critérios utilizados para escolher o local onde iria se instalar a universidade rural foi o “sentimento geral da comunidade”, quesito este ardilosamente manipulado pelas elites agrárias para atender seus interesses. Este critério traz em sua roupagem o sentimento de pertencimento a um dado lugar, tal afeto se alimenta de uma postura ideológica das oligarquias mineiras que concebia a criação de uma instituição de ensino superior como um passo dado rumo ao progresso e ao desenvolvimento da cidade de Viçosa. Tratava-se, assim, de um discurso regionalista.

Alguns princípios geográficos embasaram os discursos ideológicos e as estratégias de manutenção da estrutura de poder das elites agrárias mineiras por ocasião da fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, MG. Esta pesquisa ambiciona contribuir com os estudos que visam captar a eficácia das ideias geográficas no âmago da luta ideológica. Almeja-se alcançar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados.

Ideologia, ideologia geográfica e identidade regional mineira

As formas espaciais são oriundas de materializações de projetos arquitetados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Ou seja, todo um complexo universo da cultura, da política e das ideologias (MORAES, 1991).

Por ser um instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia transforma as ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de tal forma que a classe que domina no plano material – econômico, social e político – também domina no plano espiritual – das ideias (CHAUÍ, 1980). Portanto, a ideologia é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação.

A ideologia funciona como modelo de compreensão da realidade e roteiro orientador da conduta de um grupo e de cada indivíduo em particular (GARCIA, 1982). Entendida como uma forma de visualizar o mundo, as ideologias contêm três tipos básicos de ideias: as *representações*, as *normas* e os *valores*. As *representações* podem ser concebidas como “ideias a respeito de como é a realidade” (p. 26); os *valores* exprimem as ideias sobre como a realidade deve ser; as *normas*, por sua vez, dizem respeito às ideias que determinam o que é necessário para que a realidade seja transformada ou conservada como está. Assim, uma vez definida “[...] resta verificar de que forma essa ideologia é propagada, tornando-se conhecida pelos diversos membros de uma classe social ou, até mesmo, por toda a sociedade” (GARCIA, 1982, p. 26).

O Estado e as elites agrárias *representavam* a federação de Minas Gerais como um local de emergência de recursos tratava-se de discursos que abarcavam a “aptidão” agrícola. A realidade do estado era retradada pelos políticos nos documentos oficiais a partir da perspectiva *valorativa* do espaço (clima agradável, a área de terreno disponível e próxima a uma cidade pequena, bem como outros pontos). O ideal de modernidade pode ser considerado uma *norma* que manteve a realidade nas mesmas condições, isto é, reforçou as estruturas de poder vigentes na sociedade e não realizou os pressupostos básicos da revolução burguesa.

A criação da manipulação da identidade regional mineira, estereotipando-a em favor dos interesses das elites, serviu de componente ideológico relevante no processo de fundação da ESAV. Prática social de determinados agentes, a constituição de tal identidade serviu para dar “liga” à bancada legislativa mineira durante a República Velha. Isto é, forneceu coesão no plano nacional necessária a uma região desprovida de um fluxo constante de verbas federais para a concretização de seus projetos (ARRUDA, 2003). Portanto, a construção de uma “consciência regional” visou atender as estratégias geográficas de circulação, acumulação e dominação do capital.

A formulação de uma identidade mineira foi capturada nos argumentos dos idealizadores da ESAV, nos critérios que orientaram a escolha da cidade para sediar a universidade rural verificou-se a invocação do termo “sentimento geral da comunidade”. Diversos pronunciamentos adornavam a existência de uma “mentalidade regional” baseada na ideia de pertencimento a Viçosa e na presença de particularidades locais. A construção de identidades regionais é uma demonstração plena do campo cultural que se denomina como ideologias geográficas. Estas, para Moraes,

“[...] alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política” (MORAES, 1991, p. 44).

Com a instalação da ESAV buscava-se articular as regiões que compunham Minas Gerais (Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Mata, Sul e Centro) através da criação de um polo educacional. O apelo das elites agrárias em relação à modernidade e ao regionalismo (e sua correspondente dimensão identitária) constituíram táticas discursivas acionadas para mascarar as intenções ideológicas envolvidas na criação da instituição de ensino. Símbolo material da modernização do campo, a ESAV foi uma forma espacial criada na década de 1920 para atender as necessidades de reprodução do capital.

No Brasil, diferente das economias mais avançadas do sistema que requereram uma reforma agrária para o capital avançar, firmou-se um pacto entre as oligarquias rurais, o capitalismo industrial e o capital rentista – concentrando as terras “nas mãos” de poucos proprietários. Tratou-se de uma modernização conservadora (BECKER e EGLER, 1994) na qual as novas relações evoluíram numa conciliação com as velhas estruturas de poder. Não é de se estranhar que as ideologias geográficas de conhecida eficácia no controle social, somente tenham reciclado seus discursos, mantendo uma relativa importância na esfera da legitimação política. O processo de modernização manteve a realidade nas mesmas condições, ou seja, sem alterar a estrutura fundiária que chegou a República como “ranço” colonial.

O Estado e as classes dirigentes buscavam alçar Viçosa como polo produtivo da região da Zona da Mata numa disputa com Juiz de Fora e Belo Horizonte (capital que se constituía). A reflexão sobre a região passa, necessariamente, pela discussão das noções de espaço e de tempo, do método e da escala, das redes, da diferença, da identidade e da alteridade. Segundo Castro (2007) o jogo de escalas permite compreender as relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. Ela é entendida aqui como uma relação multifacetada de variáveis que embasam os recortes territoriais.

Situa-se na escala global o projeto de dominação e reprodução do capital, na escala nacional a formação territorial brasileira, na intermediária (ou mesoescala) a região de Minas Gerais e na local, a cidade de Viçosa. A relação entre a parte e o todo, o particular e o geral, o global e o nacional, o nacional e o local são relações possíveis de serem trabalhadas por trás daquilo que se denomina questão ou abordagem regional. Apreender as estratégias de manutenção da estrutura de poder ao nível local (fundação da ESAV), bem como as particularidades deste fenômeno específico e sua articulação com a totalidade espacial é um dos propósitos da análise geográfica e próximo passo desta pesquisa.

Observam-se, tanto na escala nacional quanto na local, condições específicas da formação do Estado, a exemplo do clientelismo. Este é a base social objetiva do sucesso das ideologias regionalistas no Brasil (MORAES, 2002). Segundo Arruda (1986), os políticos

mineiros consagravam com esmero as suas bases eleitorais interioranas: MG possuía o maior “curral” eleitoral do país, se convertendo em um celeiro de políticos. O regionalismo se perpetuou como expediente de dominação valorizava-se o eleitor dos rincões mais atrasados, onde a tutela oligárquica é mais eficaz.

A ESAV foi resultado do jogo de forças políticas e interesses exponenciais coordenados por Arthur Bernardes que se valeu de sua influência como presidente do estado de Minas (1818-1922) e, posteriormente, presidente da República (1922-1926) para influenciar o Estado federativo a sediar a universidade rural em Viçosa. É o mecanismo da troca de “favor” e compadrio tão presente na estrutura política brasileira, daí a importância do conceito de região para a compreensão de processos socioespaciais associados à esfera do político. Devido à polissemia em torno desse conceito no próprio pensamento geográfico pretende-se abraçar a perspectiva de Haesbaert (2002, p. 135-136). Ele considera que

“[...] a região não deve ser definida no sentido genérico de divisão ou recorte espacial, sem importar a escala, como indicam os processos de regionalização; [...] ela deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre”.

Haesbaert (2010) aborda o conceito de região como *artefato*, uma expressão que busca romper a dualidade entre posturas realistas e idealistas, “construído” ao mesmo tempo de âmago ideal-simbólico (seja no sentido de uma construção teórica, na qualidade de representação do espaço, seja de uma construção identitária por meio do espaço vivido) e material-funcional nas práticas político-econômicas com que as classes sociais elaboram seu espaço de forma desigual (HAESBAERT, 2010)⁵.

A ESAV fez parte do projeto de desenvolvimento regional cunhado durante a República Velha e acabou atendendo as necessidades das oligarquias rurais que buscavam através da criação da Escola promover a dinamização e a diversificação do setor produtivo. Portanto, os interesses locais marcados pela coalizão das elites regionais projetaram-se em políticas públicas como foi o caso do ensino agrícola que se tornou o “motor” da economia.

Viu-se que a região de Minas Gerais esteve vinculada a processos sociais específicos como a dinâmica de formação de regionalismos políticos (discursos que apelavam para a aptidão agrícola do estado). Também se observou um movimentado encapado, sobretudo pelas elites agrárias com o intuito de forjar uma identidade regional mineira e uma ideia de pertencimento a Viçosa (representações como o suposto “sentimento geral de comunidade” e argumentos de aspectos valorativos do espaço da cidade são figuram como exemplos).

⁵ Ao lado dessas duas abordagens (realista e epistemológica) o autor ainda propõe uma no sentido “pragmático-político” da região como ferramenta de ação e/ou proposta de intervenção no real associado a mecanismos de planejamento. Essa noção normativa propõe ações efetivas das configurações regionais, de modo a adequá-la a determinados propósitos político-econômicos vinculando ao planejamento regional.

Decorrentes de um conjunto de práticas espaciais e discursos “regionalistas”, a escolha da sede para instalação da ESAV revela a maneira como o espaço foi apropriado material e simbolicamente pelos diferentes grupos do poder (o Estado, as elites rural e intelectual, os latifundiários, engenheiros, políticos e personagens eméritos). Notou-se que as ideias geográficas contidas no processo de manipulação da identidade regional mineira se constituíram de representações acerca de duas parcelas do espaço: o mineiro e o viçosense. A construção de práticas sociais específicas como a identidade regional foi um componente ideológico relevante no processo de criação da universidade em uma cidade de pequeno porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

CAPDEVILLE, Guy. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. Viçosa: Imprensa Universitária/UFV, 1991.

COELHO, Eduardo Lara. In: LIMA, Antonio Luiz de (Org.). **UFV 70 Anos: A Trajetória da Escola de Viçosa**. Viçosa: UFV, 1996, Imprensa Universitária.

LISBÔA, João Carlos Bello. **Cópia do relatório da comissão de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV)**. Viçosa: ESAV, 1929.

Livro de Formatura de 1939. Acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. UFV. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

Fontes secundárias

ARRUDA, Maria Aparecida. Origem da Universidade Federal de Viçosa: modernidade, agricultura de exportação e importação de modelos (1922-1970). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, nº. 2, 2003, p. 141-148.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Do Regional ao Nacional: a atuação política das elites mineiras. In: Encontro Anual das ANPOCS, 10, 1986, Campus do Jordão, São Paulo. **Anais...**, Campos do Jordão, 1986, 15p. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anual-daanpocs/gt11/gt05-9/6227-mariaarruda-regional/file>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BECKER, Bertha Koiffmann. e EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. “A emergência do Brasil como potência regional na economia-mundo”. In: _____. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 123-168.

CASTRO, Iná Elias de. “O problema da escala”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORREA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 49-76.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125p.

DULCI, Otavio Soares. João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. [S.l.]: Nobel, 1982 (Coleção primeiros passos).

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SANTOS, Thiago Nicodemos Enes dos. Arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa: subsídios e perspectivas para a história da educação superior no Brasil do século XX. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...**, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 9p. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/466ThiagoNicodemos.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. 2007, 150p. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Federal de Uberlândia,

Uberlândia, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14079>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

SILVA, Fabrício Valentim da; BORGES, Vera Lúcia Abrão. A origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920-1929). **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil**, Campinas, n. 29, 2008, p.169-197. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art12_29.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Laja Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERSIEUX, Daniela Pereira. Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 1, v. 12, p. 127-141, jan./jun. 2013.

WIRTH, John D. **O fiel da Balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889/1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.